

## RESENHA

*Heber Carlos de Campos Júnior\**

ALLEN, Michael; SWAIN, Scott R. **Catolicidade reformada**: a promessa da recuperação para a teologia e a interpretação bíblica. Brasília, DF: Monergismo, 2021. 223 p.

A Editora Monergismo nos presenteou com um livro que enriquece muitíssimo o cenário teológico brasileiro quanto à autoria e quanto ao tema. Michael Allen e Scott Swain são pouco conhecidos do público brasileiro, embora capítulos de sua autoria já tenham sido publicados em nosso idioma (*Teologia da Reforma*, org. Matthew Barrett, Thomas Nelson Brasil, 2017). Ambos são professores de teologia sistemática do Reformed Theological Seminary no campus da cidade de Orlando, nos Estados Unidos. São autores jovens, mui prolíficos e extremamente hábeis no lidar com teologia contemporânea. Neste último quesito, quero dizer que eles são teólogos que interagem frequente e perspicazmente com autores recentes, inclusive de outras tradições cristãs. Portanto, ambos fazem teologia sistemática não somente reproduzindo as vozes de autores do passado, mas mediante um rico diálogo crítico com diferentes linhas doutrinárias modernas. Uma variedade de fontes pode ser vista no livro que estamos resenhando, prova de que os autores estão encarnando um espírito “católico”.

Isso me leva ao segundo aspecto no qual este livro enriquece o cenário protestante brasileiro: o tema. A catolicidade à qual o livro se refere não é uma referência à Igreja de Roma, nem um aspecto meramente eclesiológico (universalidade geográfica e antropológica da igreja), mas um resgate e incorporação da tradição teológica cristã. Cientes de que existem vários movimentos

---

\* Doutor em Teologia Histórica (Ph.D., Calvin Theological Seminary), Mestre em Teologia Histórica (Th.M., Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper), professor de Teologia Histórica no CPAJ e de Teologia Sistemática no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição.

recentes que têm retornado às fontes antigas – desde católicos (Yves Congar e Henri de Lubac), passando por anglicanos (John Milbank e Graham Ward), protestantes de denominações liberais (Donald Bloesch e Thomas Oden) e até evangélicos (Robert Webber e D. H. Williams) –, Allen e Swain se unem a essas tendências recentes de renovação teológica mediante a recuperação de recursos da tradição cristã (p. 19-30). No entanto, os autores não estão apenas seguindo a tendência de nosso tempo, mas estão seguindo o modelo de reformados do passado, como William Perkins em seu livro *Reformed Catholicke* (1597), a Ortodoxia Reformada do século 17 e até Philip Schaff no século 19 (p. 31, 213), para os quais “ser reformado significa ir mais fundo na verdadeira catolicidade” (p. 18). Em outras palavras, as diversas teologias de recuperação da tradição católica não devem ser assimiladas num espírito de colagem acéfala de autores antigos, mas devem alertar-nos para pensar numa apropriação consistentemente protestante da tradição (p. 29-30). Os autores não prometem uma metodologia completa para tal apropriação, mas lançam um manifesto que precisa ser ouvido por protestantes que não são suficientemente católicos e por ecumênicos que não são suficientemente protestantes.

Após a introdução, o livro possui cinco capítulos da pena dos autores e um posfácio escrito por J. Todd Billings, o qual apresenta uma proposta de redescoberta da tradição para a renovação da igreja (p. 199-223). Este é professor no Western Theological Seminary, de linha teologicamente mais aberta que o Reformed. Todavia, Billings faz coro com os autores do livro ao afirmar que a tradição católico-reformada oferece uma alternativa à leitura individualista das Escrituras que muitos evangélicos fazem, buscando respostas no texto para confirmar a “relevância” de Jesus. Em contraposição a tal tendência, o propósito de recuperar vozes do passado é para que elas revelem os pontos cegos de nossa época e superemos as idolatrias ocultas do presente (p. 211-213).

No primeiro capítulo, Allen e Swain afirmam que o *ressourcement* (lit. “retorno às fontes”, alusão ao movimento católico romano do século 20 denominado *Nouvelle Théologie*) reformado não é uma proposta tradicionalista, mas um programa de natureza trinitária e cristológica que relaciona o Espírito de Cristo e a mente renovada da igreja. De acordo com 1João 2.27, o “Espírito de Cristo ensina a igreja em veracidade tão suficiente e pura que a igreja não precisa buscar entendimento teológico em qualquer outra fonte ou princípio”, de tal forma que a igreja é o canteiro da teologia, o único terreno criacional fértil no qual a instrução de Cristo promete “florescer em entendimento humano renovado” (p. 37). Os autores acreditam que a tradição é instituição divina na qual buscamos progresso na busca por entendimento. O fato de a tradição poder errar não desqualifica o seu status de instituição divina. Diferentemente do que George Lindbeck propôs em seu livro *The Nature of Doctrine*, a teologia não é meramente um fenômeno ‘linguístico-cultural’ de construção credal; a

teologia reformada de recuperação acredita que “a igreja recebe e transmite o ensino apostólico... como frutos do Espírito” (p. 46).

O restante do primeiro capítulo é uma articulação pneumatológica de como chegamos ao conhecimento da verdade. O Espírito está por trás do ato da igreja de criar tradição (p. 53). O Espírito, não a igreja, é a fonte da verdade teológica e a tradição é a postura da igreja de permanecer no ensino apostólico ao longo do tempo (p. 57). Enquanto a Escritura “é a fonte divinamente autoritativa e suficiente da teologia” – contra a teoria das duas fontes propagada pelo Vaticano II –, a tradição é “a recepção da Escritura capacitada pelo Espírito, é o alvo divinamente designado da teologia” (p. 60). A Escritura é o fundamento, e a obra iluminadora do Espírito renovando nossas mentes permite à igreja construir tradição em cima da Escritura. “Embora o depósito apostólico não possa crescer, o entendimento da igreja desse depósito pode e, de fato, deve crescer” (p. 70).

Nos capítulos 2 e 3 os autores articulam uma defesa do *Sola Scriptura* e sua relação com a tradição. *Sola Scriptura* na Reforma nunca intentou ser “uma censura absoluta à tradição ou uma negação da autoridade eclesiástica genuína” (p. 75). Pelo contrário, os autores acreditam que o compromisso com o *Sola Scriptura* na verdade aumenta nossa recepção da rica tradição católica (p. 77). Contra-pondo-se a críticos do princípio de “Somente a Escritura” tanto do passado (Alexis de Tocqueville) como do presente (Brad Gregory e A. N. Williams), que alegam que tal princípio significa ausência da autoridade interpretativa da tradição e abre a porta para todo tipo de pluralismo hermenêutico, nossos autores revelam que a leitura dos críticos é equivocadamente “donatista” (como se o princípio fosse um purismo bíblico que fecha os olhos para a condução providencial de uma igreja imperfeita) e “deísta” (como se o processo de reflexão teológica fosse uma atividade exclusivamente humana ou natural). Até quando os reformados defenderam o “princípio regulador de culto” – pelo qual se entende que todo elemento do culto deve ser autorizado pela Escritura –, eles removeram certas práticas romanas e introduziram novos padrões litúrgicos que deveriam ser seguidos por gerações vindouras (p. 102). Isto é, os reformados nunca deixaram de produzir tradição, mas sempre dirigida pela Escritura.

Em seguida, calcados em passagens como o Salmo 145, Atos 15 e as Epístolas Pastorais, além do escrito de Lutero sobre concílios eclesiásticos, Allen e Swain concluem que somos mais bíblicos não quando somos “biblicistas”, mas quando estamos envolvidos no processo de “formar tradição”. Somente a Escritura (*Sola Scriptura*) não é sinônimo de a Escritura Sozinha (*Solo Scriptura*), “um filho bastardo amamentado no seio do racionalismo e individualismo modernos”, assim como a perspicuidade da Escritura não significa que qualquer investigador do texto sagrado provido dos devidos meios sempre o interpreta adequadamente, como se o sacerdócio universal signifi-

casse que não precisamos de mestres (p. 123-124). De modo bem protestante, eles encerram o capítulo 3 dizendo que a igreja é criatura da Palavra, que ela é nutrida ao ouvir a Palavra e que sua autoridade ministerial é delegada pela Palavra (p. 125-134).

O quarto capítulo trata do papel dos escritos confessionais na interpretação bíblica. Allen e Swain são organizadores de uma série de comentários de interpretação teológica da Escritura (*T&T Clark International Theological Commentary*) e, seguindo essa tendência de interpretação credal/confessional, eles propõem uma “leitura regulada” da Escritura com base em princípios teológicos e eclesiológicos reformados (p. 136-137). A leitura da Bíblia é uma empreitada comunitária e, por isso, o indivíduo que faz dogmática o faz como “uma persona autoconscientemente eclesiástica” (p. 139). Inspirados pelo famoso escrito sobre a Escritura de William Whitaker, os autores afirmam que a igreja “guarda, discerne, proclama, e interpreta” a Palavra de Deus (p. 142-144). O direito privado de investigação é um privilégio de todos os fiéis, mas não deve ser confundido com o poder de interpretação pública concedido a homens chamados e dotados para o ministério do ensino. A devida distinção leva os autores a concluir: “A autoridade de ensino da igreja não existe para excluir outros da interpretação e compreensão da Palavra de Deus. Pelo contrário, a autoridade de ensino da igreja existe para comunicar (i.e., “tornar comuns”) os tesouros da Palavra de Deus para todos do povo de Deus de forma que eles também possam ter completa comunhão (i.e., “dividir igualmente”) nesses tesouros” (p. 151). A “regra de fé” ou escritos confessionais nos habilitam a ler as várias partes da Escritura à luz do todo, fazendo com que *Sola Scriptura* funcione conjuntamente com *Tota Scriptura* (p. 156, 162).

O quinto e último capítulo se propõe a fazer uma defesa da utilização da Escritura na forma de citação de “textos-prova” (*dicta probanda*), uma prática tão maculada por críticos modernos. A acusação contra essa prática se baseia em três erros: ela desconsidera os contextos de textos específicos (por ex.: cita partes do texto sem atentar para o gênero literário), não demonstra sensibilidade para com o horizonte hermenêutico do intérprete (por ex.: pretende resolver o debate sobre desarmamento ao fazer exegese das porções relevantes da Escritura), interage com a história eclesiástica antes que com a história bíblica (por ex.: encaixa textos em suas categorias de teologia sistemática para integrar a verdade em um sistema). Allen e Swain reconhecem que essas acusações têm elementos verdadeiros (p. 175-180). Porém, a própria Escritura pode ser acusada dos mesmos três “erros”, e eles fornecem exemplos dos três. Tal alegação não serve para desqualificar a hermenêutica que os autores do Novo Testamento fazem do Antigo ou dizer que eles têm passe livre para fazer o que quiserem com o texto primevo. Não! Tudo o que os autores pretendem provar é isto: “Não devemos confundir técnicas de citação (por exemplo, textos-prova) com método hermenêutico, seja ao considerarmos o uso da Escritura pela Escritura

ou o uso da Escritura pela teologia” (p. 182). Por isso, calcados nos exemplos de Tomás de Aquino e João Calvino, eles terminam o capítulo encorajando os teólogos sistemáticos a serem mais frequentes na exegese da Escritura e os teólogos bíblicos a se familiarizarem com a história da interpretação bíblica e perceberem que eles próprios também se utilizam de categorias sintéticas para trabalhar com o texto seletivamente; quem sabe tais encorajamentos promovam maior simbiose entre exegese e dogmática (p. 192-198).

Conforme dito no começo desta resenha, a Editora Monergismo nos introduz a teólogos reformados da nova geração que demonstram grande lastro de pesquisa e interação perspicaz com diversas fontes, além de apresentar um tema muito importante para o evangelicalismo individualista que possui tentáculos inclusive no movimento reformado brasileiro. Temos muito a aprender sobre a maneira como os reformados do passado e do presente interagem com a tradição cristã de forma criteriosa. Catolicidade é um tema que requer mais reflexão em nosso meio para desmitificarmos uma compreensão estreita de *Sola Scriptura*, respondermos adequadamente à acusação romana de que a doutrina protestante da Escritura abriu as portas para o individualismo de pensamento que culminou em pluralismos, e apontarmos um caminho melhor de uso da tradição e da Escritura tanto para teólogos bíblicos como sistemáticos.

Há pouquíssimos momentos em que discordo de detalhes propostos pelos autores. Eles dizem que a investigação teológica moderna se exauriu na forma de investigação teológica e carece de renovação mediante o resgate de fontes (p. 19). Eu não diria que a investigação se exauriu, mas diria que a teologia moderna expressou a soberba progressista própria do Iluminismo e se esqueceu da importância do aprendizado com a comunidade cristã através dos séculos. Outro exemplo de discordância acontece quando eles impõem a John Owen categorias – de “autoridade” e “unção” – que não estão na obra do puritano (v. 68). Embora não seja errado criarmos categorias para explicar o pensamento de autores do passado, creio que as categorias utilizadas por Allen e Swain não são as mais precisas, já que autoridade e unção são termos que possuem certo grau de sobreposição.

Mesmo com essas observações críticas tangenciais, minha avaliação em nada desmerece a contribuição tão necessária que esses teólogos trazem para a tradição reformada contemporânea como um todo, e mais especificamente ao cenário teológico protestante no Brasil. Faríamos bem em ouvir esse manifesto e buscar fontes passadas de nossa tradição para estimular continuidade credal que promove comunhão intergeracional. Além de seu conteúdo precioso, a Editora Monergismo fez um excelente trabalho editorial (tradução, formatação) e produziu uma capa muito mais bonita que a original!